

RESOLUÇÃO SESA Nº 785/2020

Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Paraná, destinado ao Incentivo Financeiro de Investimento para aquisição de equipamentos para Unidades de Atenção Primária em Saúde no exercício de 2020.

O **Secretário de Estado da Saúde**, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4º da lei nº 19.848, de 03 de maio de 2.019, a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e, considerando,

- a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;

- o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê “Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congêneres”;

- a Lei Estadual nº 152 de 10/12/12 que instituiu o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, regulamentada pelo Decreto nº 7986, de 16 de Abril de 2013, com a finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”;

- a Lei Complementar 101, de 04 de maio 2.000 em seu Art. 25: “Para efeito desta Lei Complementar entende-se por transferências voluntárias a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde”;

- a Resolução SESA nº 631 e 647/2020, que habilita os municípios a pleitearem adesões aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde;

1

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, nº 170 – Rebouças – CEP: 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400
www.saude.pr.gov.br – gabinete@sesa.pr.gov.br

- a Resolução SESA nº 74/2019 que dispõe sobre a transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, de recursos financeiros, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Paraná, e implanta a Conta Corrente única para Custeio, assim como a Conta Corrente única para Investimento, e dá outras providências;

- que o repasse fundo a fundo destinado ao SUS decorre de Transferência Legal; sendo dispensando a celebração de Convênios ou outros instrumentos jurídicos;

- a Deliberação nº 72//2020 da Comissão Intergestores Bipartite.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o repasse financeiro no valor total de **R\$ 1.901.000,00 (um milhão, novecentos e um mil reais)**, conforme detalhado no Anexo I desta Resolução, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Paraná de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo, referente ao **Incentivo Financeiro de Investimento para aquisição de Equipamentos para Unidades de Atenção Primária em Saúde no exercício de 2020**.

Art. 2º A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único. A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 3º Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 4º As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

Art. 5º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, ate o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo no Sistema SargSus sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 6º Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinados às ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação “in loco”.

2

GABINETE DO SECRETÁRIO

Rua Piquiri, nº 170 – Rebouças – CEP: 80.230-140 – Curitiba – Paraná – Brasil – Fone: (41) 3330-4400
www.saude.pr.gov.br – gabinete@sesa.pr.gov.br

Caso haja comprovado quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 7º As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

I - Constatado pagamento de despesas alheias à área de saúde.

Art. 8º Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, devendo onerar o seguinte Programa: Saúde para todo o Paraná.

I - Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – **Incentivo Financeiro de Investimento para Equipamentos para Unidades de Atenção a Saúde**

II - Iniciativa: 6030 – Gestão da Atenção Primária em Saúde

III - Elemento de Despesa: Investimento - 4441.4203

IV - Fonte: 100 – Tesouro do Estado

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de junho de 2020.

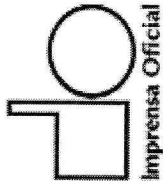
Assinado eletronicamente

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 785/2020



MUNICÍPIO HABILITADO A RECEBER O INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE – Resolução SESA nº 631 e 647/2020 – Etapa III

CREDOR	MUNICÍPIO	OBJETO	PROTOCOLO	VALOR	CXA	
					AG	C/C
139919	CAMPO LARGO	KIT MOBILIÁRIO TIPO II	16.116.840-8	160.000,00	385	151-5
139919	CAMPO LARGO	KIT MOBILIÁRIO TIPO I	16.125.096-1	50.000,00	385	151-5
139922	CAMPO MAGRO	KIT MOBILIÁRIO TIPO I	16.079.303-1	50.000,00	4538	300-5
139925	CAMPO MOURÃO	KIT MOBILIÁRIO TIPO I	16.165.390-0	100.000,00	386	657-1
139925	CAMPO MOURÃO	OFTALMOSCÓPIO	16.165.374-8	12.000,00	386	657-1
139936	CAPANEMA	RAIO-X 500MA	16.286.066-6	230.000,00	1256	311-0
132227	CARLÓPOLIS	EQUIPAMENTOS	16.134.348-0	55.600,00	402	276-8
131957	CONTENDA	OTOSCÓPIO	16.165.815-4	5.000,00	4547	44001
139983	CORNÉLIO PROCÓPIO	CONJUNTO CONSULTÓRIOS ODONT.	16.123.324-2	105.000,00	388	461-8
132221	ENGENHEIRO BELTRÃO	OTOSCÓPIO	16.130.970-2	5.000,00	3734	90-4
131908	ESPERANÇA NOVA	EQUIPAMENTOS	16.096.288-7	72.600,00	3327	80-4
132041	FAZENDA RIO GRANDE	CIRURGIA ALTA FREQUÊNCIA	16.116.802-5	18.000,00	2864	178-6
112576	GUAÍRA	RAIO-X 500MA	16.206.676-5	230.000,00	722	235-0
112576	GUAÍRA	EQUIPAMENTOS	16.097.358-7	79.800,00	722	235-0
132073	GUARACI	EQUIPAMENTOS	16.163.772-6	100.000,00	4417	128-4
132250	GUARATUBA	KIT MOBILIÁRIO TIPO I	16.393.568-6	50.000,00	3512	44059
132039	ICARAÍMA	EQUIPAMENTOS	16.097.395-1	31.000,00	570	537-0
132046	IVATÉ	EQUIPAMENTOS	16.058.223-5	10.000,00	3868	34 - 2
131981	JANDAIA DO SUL	EQUIPAMENTOS	16.163.596-0	100.000,00	1264	367-9
132144	JAPIRA	KIT MOBILIÁRIO TIPO II	16.135.403-1	80.000,00	918	405-7
132096	JAPURÁ	CONJUNTO CONSULTÓRIOS ODONT.	16.142.787-0	21.000,00	569	520-0
132244	LEÓPOLIS	KIT MOBILIÁRIO TIPO II	16.092.427-6	80.000,00	388	462-6
132244	LEÓPOLIS	CARDIOTOCÓGRAFO	16.092.266-4	9.500,00	388	462-6
132133	MALLET	OTOSCÓPIO	16.129.945-6	500,00	390	517-8
132087	MARMELEIRO	EQUIPAMENTOS	16.130.431-0	90.000,00	1970	39- 2
132075	MAUÁ DA SERRA	EQUIPAMENTOS	16.132.021-8	65.000,00	3636	144-4
131907	MUNHOZ DE MELO	EQUIPAMENTOS	16.135.057-5	91.000,00	1318	359-0



Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE

Protocolo **50274/2020**
Título Resolução SESA nº 785/2020
Órgão SESA - Secretaria de Estado da Saúde
Depositário RAQUEL STEIMBACH BURGEL
E-mail RAQUEL@SESA.PR.GOV.BR
Enviada em 10/06/2020 14:50

 **Diário Oficial Executivo**
 Secretaria da Saúde
◆ Resolução-EX (Gratuita)
 785.20.rtf
244,69 KB

Data de publicação



15/06/2020 Segunda-feira

Gratuita

Aprovada

10/06/20
14:52Nº da Edição do
Diário: 10706[Histórico](#)**TRIAGEM REALIZADA**